

Nº 188

A INDETERMINAÇÃO DE SENIOR: ENSAIOS NORMATIVOS

Antonio Maria da Silveira

Março de 1992

A POLÍTICA ECONÔMICA NA DEMOCRACIA: A TEORIA NA PRÁTICA É OUTRA\*

Antonio Maria da Silveira\*\*

É uma grande honra participar desta abertura dos trabalhos sobre o tema anual de debate, de especulação e de pesquisa da USU, "Estratégias de Desenvolvimento para um Estado Democrático". É um desafio não menor estar ao lado de companheiros tão consagrados em seus campos de atuação. Mas é também uma alegria imensa ver que o tema e seus desdobramentos -- particularmente nosso sub-tema, "A Inevitável Democracia", e o que nele em especial me coube, "A Política Econômica na Democracia" -- constituem-se em minhas próprias preocupações maiores.

Na carta-convite que recebemos, o sub-tema vem provocativamente ligado ao confronto entre o universal e o específico, o global e o cultural, o tradicional e o novo. Meu subtítulo é um ditado popular, "A Teoria na Prática é Outra". Enuncio então no mesmo tom provocativo a minha tese, ou a fatia que cortei no bolo tão bem preparado pelas nossas anfitriãs.

Proponho que o ditado popular faz sentido, e muito. Proponho que o ditado é não só perfeitamente inteligível, mas ainda inteligente na defesa da democracia. Inteligível e inteligente no acusar a pretensão do conhecimento científico, a pretensão do economista em particular. Proponho assim que o ditado estigmatiza a tecnocracia, forma subreptícia de solapar a democracia.

A fim de conseguir desenvolver a teoria pura, isto é, a lógica do fenômeno, muitos elementos da realidade são ignorados ou simplificados. Trata-se de um processo de abstração inerente ao trabalho científico, qualquer que seja o campo de estudo. Assim, o físico lida com movimento sem atrito, com corpos rígidos ou indeformáveis, com gás perfeito, etc. São construções teóricas, são construtos que não existem na realidade, mas apenas em mundos logicamente possíveis, mundos que, estritamente falando, são reproduzíveis apenas na realidade estilizada dos laboratórios. A física é assim de aplicabilidade indireta. Existe uma intermediação já estabelecida através das teorias do cientista aplicado das escolas de engenharia.

As teorias da engenharia constituem mundos menos abstratos, mundos quasilogicamente possíveis. Existem aqui atritos, corpos deformáveis e gases quase reais. São teorias que não podem ter então a consistência lógica, a generalidade, a elegância e a simplicidade da física. São teorias de parcialidade bem maior, teorias mutuamente inconsistentes, mas são teorias diretamente aplicáveis ao nosso mundo. São teorias quasilógicas no sentido de entrelaçarem elementos e proposições da física e da química, e o que mais for de outras ciências, com a condição de que possam vir a ser utilizadas diretamente pelo artífice no desenvolvimento de produtos e processos.

Os mundos-lógicos do economista puro são povoados por construções ainda mais abstratas do que as que existem na física. Concorrência perfeita está para gás perfeito, assim como economia sem governo para movimento sem atrito, ou corpos rígidos para agentes econômicos. Na analogia, que é de fato um quadro bem geral de referência, os cientistas da administração corresponderiam aos da engenharia. Mas muitas áreas da economia aplicada estão fora da administração, sendo o estudo da política econômica o exemplo mais gritante. Defino então economia social como o locus de entrelaçamento das teorias puras da economia com teorias de todas as demais ciências que se mostrem relevantes para o entendimento da realidade econômica, em todas as suas facetas.

Como na engenharia, as teorias sócio-econômicas são menos abstratas, são mundos quasilogicamente possíveis. Mundos quasilógicos no sentido de manterem, mais do que na engenharia, a nebulosidade ou a vaguidade que se manifesta inerentemente no mundo real. Manterem o "quase" e o "talvez" do nosso dia-a-dia, ao invés de abstratamente imporem o "é" e o "não é" que a lógica

exige. Mundos de vaguidade inteligente e necessária, necessária para que toquem ou tangenciem a realidade em variadas ocasiões e meios, e assim informem o artífice no exercício profissional.

O reconhecimento desta divisão do trabalho acadêmico em esferas lógicas e quasilógicas do saber, e da consequente aplicabilidade indireta ou direta das teorias, é o primeiro passo crucial para o entendimento de minha tese. Por mais óbvio e patente que a questão se mostre no campo da matéria inerte, a maioria dos cientistas da economia teima em não reconhecê-la. A economia social em correspondência com a engenharia não é matéria conscientemente assimilada. Pelo contrário, economistas puros e economistas sociais não assim se reconhecem. Esgotam-se em críticas mútuas, como se não houvesse complementariedade, mas substitutabilidade entre as esferas de conhecimento. Ambos, em suas maiorias, ignoram a aplicabilidade indireta ou direta das teorias, seguindo-se a confusão de teoria com realidade. Ambos são adictos do chamado Vício Ricardiano. (David Ricardo, um dos mais célebres cientistas da economia, viveu na Inglaterra de 1772 a 1823.)

Falta ainda um passo para entendermos o porquê da teoria ser na prática outra. Entre os mundos teóricos e o mundo real existem também as especificidades que não são tratadas por teoria alguma. A ciência, abrangendo teorias direta e indiretamente aplicáveis, cuida do geral, do universal, cuida dos fatores que necessariamente comparecem em toda ocorrência do fenômeno. A arte da ciência, por outro lado, incorpora as especificidades, cuida também do particular ou do contingente, cuida de tudo que eventualmente possa ocorrer em qualquer manifestação real do fenômeno. O problema aqui está no entendimento de que tanto o

universal quanto o específico são importantes quando a realidade está em questão.

O problema fica bem nítido se integrarmos a medicina na analogia. Permitam-me uma lembrança de meu Pai, a desafiar-me sempre com a afirmação de que, "na prática da medicina não existem doenças, mas pacientes" (Dr. Jose Maria da Silveira, 27-11-1908 Ponte Nova / 02-10-1988 Belo Horizonte). O ponto é que as especificidades do indivíduo podem ser mais importantes do que as generalidades da doença. Dentro da analogia, as generalidades são das teorias aplicadas da medicina, e estas se encontram para a biologia mais ou menos como as teorias da engenharia e da economia social se colocam para a física e a economia pura.

Em qualquer campo, a prática é do profissional, do artífice, não do cientista. Acostumado a ater-se às generalidades, o cientista tende, quando no exercício da arte, a relegar a segundo plano as especificidades, preferindo tratamentos gerais (e, com frequência, fazendo-o pretenciosamente: *de minimis non curat praetor*, "uma autoridade não perde tempo com pormenores", pensa o viciado). O perigo é menos grave mas ainda muito sério no caso do cientista aplicado. O perigo é fatal para o cientista puro.

O segundo passo crucial de minha tese, continuo, está no entendimento de que a importância das especificidades significa uma indeterminação maior no conhecimento científico. O passo seguinte reside na constatação de que a importância delas cresce com a complexidade do fenômeno, cresce quando passamos da matéria inerte para a vida, e desta para a sociedade. É pois irônico que cientistas sociais desconheçam a indeterminação. É trágico que economistas o façam. Há honrosas exceções, como Senior (1830), Jevons (1870), Marshall (1890), Schumpeter (1950), e Knight

(1960).

Por muito tempo busquei esta formulação, finalmente completada em um ano sabático despendido no conectá-la com a literatura econômica. O Vício Ricardiano, como o determinou Schumpeter, é apenas o hábito de ignorar a indeterminação. Procurando afirmá-la e propagá-la em toda a sua relevância, denominei-a **INDETERMINAÇÃO DE SENIOR**", formulando-a nos termos seguintes:

As proposições da economia pura, não importando a generalidade ou verdade que encerrem, não autorizam conclusões normativas, mas não podem ser ignoradas. A economia social positiva pressupõe teorias da economia pura, assim como, em relevância variável, de todas as ciências, particularmente no campo social. Conclusões normativas -- sob a forma do que não deve ser feito -- são deriváveis das proposições da economia social, mas são ainda qualificáveis pelas especificidades do caso em questão.

Devo reconhecer pelo menos uma limitação maior do meu quadro geral de referência (veja o apêndice). Estigmatizando, em relação à física e à ciência da engenharia, economia pura e economia social não passam de meias-verdades. E, como diz outro ditado popular, "a meia-verdade pode ser pior do que a pior mentira". Exemplifiquemos com o principal construto da teoria neoclássica, o "Homem Econômico". Do ser humano, esta construção lógica capta apenas a dimensão racional e interesseira da personalidade, e ainda assim, só o faz estaticamente. O comportamento espontâneo, o comportamento tradicional, ou passional, todos ficam inteiramente de fora. Knight, o maior filósofo-economista liberal do século, coloca-o muito bem:

O conceito de homem econômico é válido e útil; é fundamentalmente verdadeiro que, em extensão importante, os homens se comportam economicamente, isto é, como homens econômicos. Mas também em extensão importante eles não o fazem; a motivação é composta; eles agem de muitas maneiras distintas, e até parcialmente misturadas. A visão econômica do homem está longe de ser o todo da realidade humana, ou

mesmo de uma descrição acurada onde é válida como descrição parcial, abstrata.

Ignorando Knight e aplicando diretamente a teoria neoclássica à realidade do crime, como o fazem muitos, só se explica bem o crime premeditado, e calculado em termos dos benefícios e possíveis custos para "o agente". Ora, este crime existe, mas está longe de ser categoria única, e é claro que muda de caráter em situações epidêmicas, como na atual criminalidade brasileira. Legislações e políticas não devem ignorá-lo, mas seriam absurdas se se reduzissem a ele, ou, ainda, se cuidassem apenas da dimensão interesseira do próprio caso premeditado. Novamente, o jurista procura estabelecer categorias gerais, mas cabe aos advogados levantarem todas as especificidades relevantes, todos os atenuantes e agravantes de cada ocorrência. Na analogia, os viciados ricardianos da economia condenariam sem julgamento, os puros a partir da categoria única, os economistas sociais considerando as várias categorias. De qualquer forma, entretanto, ambos condenariam não o indivíduo mas a categoria.

A analogia tem suas limitações, mas o Brasil tem sido assim condenado a políticas econômicas ricardianamente viciadas. Quando se prescreve política monetária, fiscal ou de controle de preços, na ignorância do que tem a dizer o direito, a ciência política, a sociológica, a psicológica, etc., e principalmente a ética, tem-se o Vício Ricardiano maior do economista puro. Quando se o faz na ignorância apenas do momento histórico de um país, de suas especificidades, como o nível corrente de moralidade pública e privada no Brasil, tem-se o Vício menor do economista social.

A Indeterminação de Senior é de compreensão relativamente fácil, e pode fundamentar isoladamente a tese de que "na prática a teoria é outra", como espero tê-lo demonstrado.

Mas existem outras indeterminações igualmente relevantes a limitar o conhecimento científico. A Indeterminação de Senior é, contudo, geral, e válida particularmente para o mundo newtoniano, mundo em que a maioria dos economistas ainda se fundamenta. Mas os físicos, ao contrário dos economistas, não se veem como artífices, não são adictos do Vício Ricardiano. A própria comunidade possui autocontroles. O Vício toma aqui o nome mais intimidador de charlatanismo, ou de falta de senso científico. E mais, se viciados existem, eles se encontram impedidos até por lei de exercerem o campo profissional, de se apresentarem como artífices.

A divisão de trabalho entre cientistas aplicados e artífices já não é tão marcante. O comprometimento acadêmico, além dos perigos acima mencionados, recomenda que o cientista aplicado restrinja sua atividade profissional à assessoria de alto conteúdo teórico. O comprometimento acadêmico leva ao cultivo de habilidades específicas do ensino e da pesquisa, e a limitação do tempo reduz consequentemente o aperfeiçoamento das habilidades próprias do profissional. O subdesenvolvimento, entretanto, atua no sentido inverso, dificultando a especialização.

Como importante consequência prática da tese segue-se uma luta pela implantação de cursos de economia social nas universidades. Cursos que, em correspondência com o caso da engenharia, estariam voltados para a formação de profissionais, ao lado dos cursos de economia pura que continuariam a dedicar-se apenas às teorias mais abstratas, e à formação de professores, como na física. É muito bom que leigos, particularmente os que mantêm responsabilidade sobre o destino das universidades, compreendam também esta divisão de trabalho. Será um grande passo



para que os economistas passem a tratá-los como indivíduos, não como categorias.

#### Apêndice: TAXONOMIA DO CONHECIMENTO

CONHECIMENTO	EXEMPLOS	MOTIVAÇÃO	COMPROMETIMENTO	LINGUAGEM	HABILIDADE
CIÊNCIA ABSTRATA FÍSICA, ECONOMIA PURA	Debreu Pasinetti Solow	saber-porque	teoria: Occam	lógica  dedução	esprit de geometrique
CIÊNCIA APLICADA ENGENHARIA ECONOMIA SOCIAL ADMINISTRAÇÃO	Simon Kuznets Ansoff	saber-porque incorpora saber-como, e elementos nao-econom.	teoria: aplicabilidade	dialetica ou entrelaçamento qua_ silógico	esprit de finesse
ARTE DA CIÊNCIA PROFISSIONAIS da ENGENHARIA, ECON. e ADMIN.	Maquiavel Sully Galliani	saber-como	prática: produtos e processos; casos	advocatí_ cia	engenhosida_ de

Extraído de Silveira, Antonio Maria. *Aplicabilidade das Teorias Econômicas: A Indeterminação de Senior*. Rio de Janeiro: IPEA (PNPE), porvindouro.

-----

\*Trabalho apresentado no painel da aula inaugural da Universidade Santa Úrsula, em 10 de março de 1992. O autor se utiliza livremente do trabalho anterior, "Porque as Teorias Econômicas Jamais Dão Certo", defendido no Grupo Interdisciplinar sobre Caos e Indeterminação da Ciência, da Câmara de Estudos Brasileiros, Forum de Ciência e Cultura, UFRJ. Trata-se de ensaio normativo fundamentado no artigo "A Indeterminação de Senior", *Revista de Economia Política*, vol. 11, out/dez 1991, pp. 70-88, onde o leitor pode encontrar as referências básicas. A defesa de um curso universitário de Economia Social (Aplicada), distinto mas não em substituição ao curso de Economia Pura (Abstrata) hoje ministrado, foi antes desenvolvida no artigo "Assessoria Econômica para a Estratégia de Governos Estaduais", em *Debate Econômico: Diagnóstico Macroeconômico e Outros Ensaio*s, coordenado por Silveira, Antonio Maria. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1986.

\*\*O autor, professor da FGV e da UFRJ, é PhD em Economia, MS em Administração e Engenheiro Mecânico e Eletricista. Sua pesquisa sobre aplicabilidade de teorias econômicas está sendo sendo financiada pelo Programa Nacional de Pesquisa Econômica, do IPEA/INPES.

POR QUE AS TEORIAS ECONÔMICAS JAMAIS DÃO CERTO?\*

Antonio Maria da Silveira\*\*

A pergunta já é do cotidiano brasileiro. Há poucos dias, entretanto, veio inserida em um conjunto de idéias bem articuladas, constituindo-se num desafio que me levou a este artigo. É preciso antes de mais entender que a política econômica é uma arte, não uma ciência. Não se critica a física ou a química, nem as ciências da engenharia, quando um foguete espacial explode. Raramente o problema está nelas; normalmente é problema de projeto ou fabricação, isto é, da arte da engenharia, não de suas teorias. O estágio de desenvolvimento delas restringe o que pode ser feito, mas esta é outra questão. Estamos num grande surto de desenvolvimento das teorias econômicas e, no todo, ousa dizer que elas vão muito bem. Continuam extremamente limitadas, se a comparação é com a física. Voltarei ao ponto, mas devo inicialmente discutir a questão maior, que é o uso ou abuso que se faz delas, e do porquê das "políticas econômicas jamais darem certo".

Ciência alguma dita o que deve ser feito. Quando muito, diz do que não pode ser feito. No caso da economia, um mais modesto não deve ser. Pensar o contrário é incorrer na tecnocracia, na versão moderna da teocracia. No passado, como no Irã de hoje, a religião costumava participar dos governos, ou dominá-los, ditando as políticas. No presente, em países atrasados ou que de quando em vez derrapam no obscurantismo, como no caso brasileiro, observamos ocasionalmente a ciência substituindo a religião. É o reino dos tecnocratas, dos aiatolás

ou papas da ciência ou da técnica. Permitam-me enfatizar que tecnocracia nada tem a ver com técnicos do governo. O ponto é o exercício indevido de **juízos de valor**: conscientemente ou não, uma usurpação. E mais, só a ignorância ou a mistificação pode levar alguém a assumir a postura de decidir em nome da ciência ou da técnica.

Podemos escolher se queremos um **Brasil-Potência** ou um **Brasil-Humanista**. No primeiro priorizamos a industrialização, no segundo a erradicação da miséria. É uma escolha da população, escolha que se faz indireta e legitimamente através dos políticos. Votamos no presidente e nos congressistas para que eles a façam. A propósito, pode ocorrer um problema estrutural neste ponto. Se o presidente não tem a maioria parlamentar, e as políticas de sua escolha não são as do congresso, como parece estar ocorrendo no Brasil de hoje, os esforços são consumidos no conflito político. Esta pode ser outra causa do fracasso de políticas, inclusive das econômicas por certo, fato que independe das teorias, ou da atuação de economistas. Esta é uma das grandes vantagens do parlamentarismo.

A arte da política econômica, como de qualquer outra, é primacialmente **arte da política**. Significa que deve ser conduzida por políticos, não por economistas. Cabe a estes a assessoria. Os ministérios da economia, da saúde, os ministérios militares, devem ser ocupados por artífices da política. Um bom técnico, um bom economista profissional, raramente sabe fazer política. Um bom cientista quase nunca. As habilidades, os comprometimentos, a linguagem (o **economês!**), tudo é distinto. O treinamento do cientista é para a pesquisa e o ensino, para o desenvolvimento e a transmissão do conhecimento. É fácil perceber que isto nada tem

a ver com a arte ou prática da condução de um ministério.

Economista como ministro da economia pode assim ser outra causa do fracasso de políticas econômicas. Esta é também outra das grandes vantagens do parlamentarismo, que espero ver mantida na versão em estudo para o Brasil. Preciso destacar que não se desqualifica assim o político-economista, o político-engenheiro, o político-médico ou o político-militar. Neste regime, desqualifica-se apenas o biônico. O bom político costuma aliás ser conhecido como tal, não importando o campo em que se graduou. Duvido, para tomar um exemplo, duvido que a maioria dos eleitores do Senador Suplicy saibam que ele é economista, e PhD na matéria. Não é por aí que ganhou o voto -- a propósito, declarei-me unilateralmente assessor voluntário dele, e venho trabalhando, no pouco que posso, pelo seu Projeto de Garantia de Renda Mínima (Projeto de Lei do Senado No. 80, de 1991), projeto que visa a erradicação da miséria até o ano 2.000.

Vimos três causas, aiato-lás, conflito estrutural no presidencialismo, e biônicos. São gerais, válidas para qualquer campo da política ou do saber. Passemos ao que de específico existe na economia, aos viciados ricardianos. Precisamos tocar de leve nas limitações das teorias em geral, e das econômicas em particular. As teorias mais abstratas ou puras são "mundos logicamente possíveis" que representam em intensidades diferenciadas o mundo de nossa experiência (os especialistas podem verificar em Karl Popper, mas distancio-me significativamente dele). A teoria de Einstein na física e a teoria econômica neoclássica são bons exemplos. Não são teorias diretamente aplicáveis à realidade. Não contratamos um físico para projetar uma casa ou um supersônico, e nem ele muito menos aceita -- caso aceitasse, faltar-lhe-ia senso científico ou

tratar-se-ia de um charlatão apenas. Ele não é profissional ou artífice. O cientista da economia neoclássica também não o é, mas entretanto aceita. E a casa cai!

Observa-se instância em que um ditado popular, "a teoria na pratica é outra", é inteiramente aplicável. A maioria dos cientistas da economia confunde teoria e realidade. Dado que a maioria destes trabalha exclusivamente na teoria, esta **cegueira científica** não tem maiores consequências (os especialistas podem verificar em Thomas Kuhn). O problema é dos que desejam mudar a realidade em termos derivados da teoria pura. É o chamado Vício Ricardiano. (David Ricardo, 1772/1823, um dos mais celebrados cientistas da economia, viveu na Inglaterra.) A fim de poder desenvolver a teoria pura, a lógica do fenômeno, muitos fatores da realidade são ignorados ou simplificados. O físico trabalha com movimento sem atrito, com corpos rígidos ou indeformáveis, com gás perfeito, etc. São construções teóricas, são construtos que não existem na realidade, mas apenas nos mundos logicamente possíveis.

A física é de aplicabilidade indireta. Existe uma intermediação já estabelecida através das teorias do cientista aplicado das escolas de engenharia. As teorias da engenharia são, digamos, mundos menos abstratos, mundos dialeticamente, ou quasilogicamente, possíveis. Existem nelas atritos, corpos deformáveis e gases mais reais. São teorias que não podem então ter a consistência lógica, a generalidade, a elegância e a simplicidade da física. São teorias de parcialidade maior, mas são teorias diretamente aplicáveis ao nosso mundo. Elas usam da física e da química, e do que mais for de outras ciências, com a condição de que possam vir a ser utilizadas diretamente pelo

artífice no desenvolvimento de produtos e processos.

Falta ainda um passo para entendermos o porquê da teoria ser na prática outra. Entre os mundos de teorias aplicadas e o mundo real existem também as especificidades que não são tratadas por teoria alguma. Esta questão fica bem nítida quando passamos à analogia com a medicina. Permitam-me uma lembrança de meu Pai, a desafiar-me sempre com a afirmação de que, "na prática da medicina não existem doenças, mas pacientes" (Dr. Jose Maria da Silveira, 27-11-1908 Ponte Nova / 02-10-1988 Belo Horizonte). O ponto é que as especificidades do indivíduo podem ser mais importantes do que as generalidades da doença. Dentro da analogia, as generalidades são das teorias aplicadas da medicina, e esta se encontra para a biologia da mesma forma em que a engenharia se coloca para a física.

Em qualquer campo, a prática é do profissional, do artífice, não do cientista. Acostumado a ater-se às generalidades, mesmo o cientista aplicado tende, no exercício da arte, a relegar a segundo plano as especificidades, preferindo tratamentos gerais. O perigo é menos grave mas ainda muito sério com o aplicado, mas tende a ser fatal no caso do cientista puro. Os mundos lógicos do economista puro são povoados por construções tão abstratas como no caso da física e da biologia. Concorrência perfeita está para gás perfeito, assim como economia sem governo para movimento sem atrito, ou corpos rígidos para agentes econômicos. A diferença é que os físicos não se veem como artífices. E mais, se viciados existem, eles se encontram impedidos por lei de exercerem o campo profissional, de se apresentarem como artífices.

Na economia, os viciados ricardianos sentem-se livres para agir, e o Brasil é uma boa vítima. Grandes economistas, que

se seguiram a Ricardo, reconheciam em suas obras esta limitação das teorias, como Senior (1830), Jevons (1870), Marshall (1890), Schumpeter (1950), Knight (1960). Dentre os grandes de hoje, Debreu, Prêmio Nobel de 1983, parece ser das honrosas exceções que o fazem. Dentre as inúmeras causas do vício, devo destacar a generalizada ignorância em filosofia econômica, particularmente nesta questão de aplicabilidade das teorias. Se o problema não é tão sério nos países desenvolvidos, e porque lá as sociedades desenvolveram anticorpos no passado, anticorpos que dificultam a passagem do cientista para o governo. No caso inglês, basta ler o esforço de politização de Chesterton em sua *Ortodoxia*, ou entender o porquê da estigmatização feita por Carlyle na afirmação de que "os economistas têm filosofia de porco".

Na analogia desenvolvida, que é de fato um quadro geral de referência em que venho trabalhando nos últimos anos, os cientistas da administração corresponderiam aos economistas aplicados, como os da engenharia e da medicina. Mas muitas áreas da economia aplicada estão fora da administração, sendo o estudo da política econômica o exemplo mais gritante. Como ser mal-entendido aqui é a regra, prefiro usar um nome distinto, digamos economista social. Kuznets, Prêmio Nobel de 1972, e Simon, de 1978, são bons exemplos. Economia Social como o *locus* de entrelaçamento das teorias puras da economia com teorias de todas as demais ciências que se mostrem relevantes para o entendimento da realidade econômica, em todas as suas facetas. Como na engenharia, as teorias sócio-econômicas são menos abstratas, são mundos dialética ou quasilogicamente possíveis. Como dito, o Vício Ricardiano aqui é relativamente menos funesto.

Devo reconhecer uma limitação importante desta analogia.

Estigmatizando, em relação à física e à ciência da engenharia, economia pura e sócio-economia não passam de meias-verdades. E, como diz outro ditado popular, "a meia-verdade pode ser pior do que a pior mentira". Exemplifiquemos com o agente econômico da teoria neoclássica. Do ser humano, esta construção lógica capta apenas a dimensão interesseira da personalidade. O comportamento espontâneo, o comportamento tradicional, ou passional, todos ficam inteiramente de fora, assim como de fora fica o comportamento real dos seres humanos. Este se apresenta, em geral, como se fosse uma mistura de todas estas dimensões teóricas da personalidade.

Quando aplicada diretamente à realidade do crime, como o fazem alguns neoclássicos, a teoria só explica bem o crime premeditado, e calculado em termos dos benefícios e possíveis custos para "o agente". Ora, este crime existe, mas está longe de ser categoria única, e é claro que muda de caráter em situações epidêmicas, como na atual criminalidade brasileira. Legislações e políticas não devem ignorá-lo, mas seriam absurdas se se reduzissem a ele, ou, ainda, se cuidassem apenas da dimensão interesseira deste próprio caso premeditado. Novamente, o jurista procura estabelecer categorias gerais, mas cabe aos advogados levantarem todas as especificidades importantes, os atenuantes e agravantes de cada ocorrência. Os viciados ricardianos condenariam sem julgamento, os puros a partir da categoria única, os sócio-economistas considerando as variadas categorias. De qualquer forma, condena-se não o indivíduo mas a categoria.

A analogia tem suas limitações, mas o Brasil tem sido assim condenado a políticas econômicas ricardianamente viciadas. Quando se prescreve política monetária, fiscal ou de controle de preços, na ignorância do que tem a dizer o direito, a ciência



política, a sociológica, a psicológica, etc., e principalmente a ética, tem-se o Vício Ricardiano maior do economista puro. Quando se o faz na ignorância apenas do momento histórico de um país, de suas especificidades, tem-se o Vício menor do economista social. O problema é sério, pois não está ainda reconhecido pela comunidade científica mundial dos economistas. Nem mesmo a aplicabilidade indireta das teorias puras, ou a sócio-economia em correspondência com a engenharia, e matéria conscientemente assimilada. A reação popular contra o economista é bem-vinda, e espero estar colaborando para articulá-la corretamente. Minha própria reação ocorreu há mais de dez anos, e tenho penado desde então nesta articulação.

Uma segunda limitação desta análise reside na ausência das interações e superposições que certamente ocorrem entre os mundos lógica e quasilógicamente possíveis e o mundo de nossa experiência. Por exemplo, a teoria de Marx influenciou as evoluções por que passou o capitalismo depois dele. A força de suas visões, como a implosão do capitalismo com o enriquecimento crescente da minoria decrescente, facilitou a propagação de variadas correções através de políticas redistributivas, como o imposto de renda progressivo. A tais transformações da realidade, sucedem-se mudanças das teorias, seguindo-se a dinâmica. Assim, os mundos teóricos transformam o mundo de nossa experiência e são este transformados. De fato, os mundos teóricos participam de nossa experiência na extensão em que o retratam o mundo real, convencionalmente ou não. Limitações do estilo não devem, contudo, invalidar o que foi dito. Ou melhor, só vejo a possibilidade de que o quadro político fique mais preocupante na medida em que se consiga uma análise mais aprofundada.

Finalmente, devo ressaltar que a meia-verdade da economia não faz dos economistas menos cientistas do que os físicos. A diferença é devida à complexidade do fenômeno, e ao caráter semi-experimental da economia. A física é muito mais simples porque lida com a matéria inerte. A complexidade aumenta na biologia, no estudo da vida, e multiplica-se na economia, na análise da sociedade. A ciência política é ainda mais difícil, pois seu campo social é mais complexo do que o econômico. E quanto mais complexo o fenômeno, maior é o número de alternativas de explicação igualmente plausíveis, maior é o número de mundos teoricamente possíveis. Completando, a dificuldade cresce extraordinariamente com a quase-ausência de laboratórios, de experimentos controlados. À impossibilidade técnica de muitos, adiciona-se, felizmente, o veto ético em outros tantos. Finalizando, Plank, pai da mecânica quântica, confessou a Keynes, pai da macroeconomia, que ele pensou em estudar economia quando jovem, mais desistiu, pois achou difícil demais. Convenhamos, entretanto, Plank certamente falava de estudar a sério.

-----  
\*Trabalho defendido no Grupo Interdisciplinar sobre Caos e Indeterminação na Ciência, da Câmara de Estudos Brasileiros, Forum de Ciência e Cultura, UFRJ, em 21 de outubro de 1991. A versão original foi escrita sob o efeito da entrevista que concedi ao Jornal do Commercio, "Políticos Devem Comandar a Economia", publicada em 25-26 de agosto de 1991. A pergunta tomada como título foi posta por um jornalista que muito admiro, Marco Aurélio Guimarães. Melhor dizendo, recebi dele um conjunto de perguntas nesta linha, através de uma jornalista de sua equipe, Bonança Mouteira. O trabalho é um ensaio normativo, fundamentado no artigo "A Indeterminação de Senior", Revista de Economia Política, porvindouro.

\*\*O autor, professor da FGV e da UFRJ, é PhD em Economia, MS em Administração e Engenheiro Mecânico e Eletricista. Sua pesquisa sobre aplicabilidade de tecrias econômicas está sendo financiada pelo Programa Nacional de Pesquisa Econômica, do IPEA/INPES.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
BIBLIOTECA MARIO HENRIQUE SIMONSE.

# ENSAIOS ECONOMICOS DA EPGE

100. JUROS, PREÇOS E DÍVIDA PÚBLICA - VOL I: ASPECTOS TEÓRICOS  
- Marco Antônio C. Martins e Clovis de Faro - 1987(esgotado).
101. JUROS, PREÇOS E DÍVIDA PÚBLICA - VOL II: A ECONOMIA BRASILEIRA -1971/85 - Antonio Salazar P.Brandao, Clovis de Faro e Marco A.C.Martins - 1987 (esgotado).
102. MACROECONOMIA KALECKIANA - Rubens Penha Cysne - 1987(esgotado).
103. O PRÊMIO DO DÓLAR NO MERCADO PARALELO, O SUBFATURAMENTO DE EXPORTAÇÕES E O SUPERFATURAMENTO DE IMPORTAÇÕES - Fernando de Holanda Barbosa, Rubens Penha Cysne e Marcos Costa Holanda-1987 (esgotado).
104. BRAZILIAN EXPERIENCE WITH EXTERNAL DEBT AND PROSPECTS FOR GROWTH - Fernando de Holanda Barbosa and Manuel Sanches de La Cal - 1987 (esgotado).
105. KEYNES NA SELECÇÃO DA ESCOLHA PÚBLICA - Antonio Maria da Silveira - 1987 (esgotado).
106. O TEOREMA DE FROBENIUS-PERRON - Carlos Ivan Simonsen Leal - 1987. (esgotado)
107. POPULAÇÃO BRASILEIRA - Jesse Montelo - 1987 (esgotado).
108. MACROECONOMIA - CAPÍTULO VI: "DEMANDA POR MOEDA E A CURVA LM" - Mario Henrique Simonsen e Rubens Penha Cysne - 1987 (esgotado).
109. MACROECONOMIA - CAPÍTULO VII: "DEMANDA AGREGADA E A CURVA IS" - Mario Henrique Simonsen e Rubens Penha Cysne - 1987 (esgotado).
110. MACROECONOMIA - MODELOS DE EQUILÍBRIO AGREGATIVO A CURTO PRAZO - Mario Henrique Simonsen e Rubens Penha Cysne - 1987 (esgotado).
111. THE BAYESIAN FOUNDATIONS OF SOLUTIONS CONCEPTS OF GAMES - Sergio Ribeiro da Costa Werlang e Tommy Chin-Chiu Tan - 1987 (esgotado).
112. PREÇOS LÍQUIDOS (PREÇOS DE VALOR ADICIONADO) E SEUS DETERMINANTES; DE PRODUTOS SELECIONADOS, NO PERÍODO 1980/1. SEMESTRE/1986 - Raul Ekerman - 1987. (esgotado)
113. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS E SALDO-MÉDIO: O CASO DE PRESTAÇÕES - Clovis de Faro - 1988 (esgotado).
114. A DINÂMICA DA INFLAÇÃO - Mario Henrique Simonsen - 1988 (esgotado).

115. UNCERTAINTY AVERSIONS AND THE OPTMAL CHOISE OF OPRTFOLIO - James Dow e Sergio Ribeiro da Costa Werlang - 1988 (esgotado)
116. O CICLO ECONOMICO - Mario Henrique Simonsen - 1988 (esgotado)
117. FOREIGN CAPITAL AND ECONOMIC GROWTH - THE BRASILIAN CASE STUDY - Mario Henrique Simonsen - 1988 (esgotado)
118. COMMON KNOWLEDGE - Sergio Ribeiro da Costa Werlang - 1988 (esgotado).
119. OS FUNDAMENTOS DA ANALISE MACROECONOMICA - Mario Henrique Simonsen e Rubens Penha Cysne - 1988 (esgotado).
120. CAPITULO XII - ESPECTATIVAS RACIONAIS - Mario Henrique Simonsen 1988 (esgotado).
121. A OFERTA AGREGADA E O MERCADO DE TRABALHO - Mario Henrique Simonsen e Rubens Penha Cysne - 1988 (esgotado).
122. INERCIA INFLACIONARIA E INFLACAO INERCIAL - Mario Henrique Simonsen - 1988 (esgotado).
123. MODELOS DO HOMEM: ECONOMIA E ADMINISTRACAO - Antonio Maria da Silveira - 1988. (esgotado)
124. UNDERINVOICING OF EXPORTS, OVERINVOICING OF IMPORTS, AND THE DOLLAR PREMIUN ON THE BLACK MARKET - Fernando de Holanda Barbosa, Rubens Penha Cysne e Marcos Costa Holanda - 1988 (esgotado).
125. O REINO MAGICO DO CHOQUE HETERODOXO - Fernando de Holanda Barbosa, Antonio Salazar Pessoa Brandao e Clovis de Faro - 1988 (esgotado).
126. PLANO CRUZADO: CONCEPCAO E O ERRO DE POLITICA FISCAL - Rubens Penha Cysne - 1988. (esgotado)
127. TAXA DE JUROS FLUTUANTE VERSUS CORRECAO MONETARIA DAS PRESTACOES: UMA COMPARACAO NO CASO DO SAO E INFLACAO CONSTANTE - Clovis de Faro - 1988. (esgotado)
128. CAPITULO II - MONETARY CORRECTION AND REAL INTEREST ACCOUNTING - Rubens Penha Cysne - 1988. (esgotado)
129. CAPITULO III - INCOME ANDDEMAND POLICIES IN BRAZIL - Rubens Penha Cysne - 1988. (esgotado)
130. CAPITULO IV - BRAZILIAN ECONOMY IN THE EIGHTIES AND THE DEBT CRISIS - Rubens Penha Cysne - 1988.(esgotado)

131. THE BRAZILIAN AGRICULTURAL POLICY EXPERIENCE: RATIONALE AND FUTURE DIRECTIONS - Antonio Salazar Pessoa Brandao - 1988.(esgotado)
132. MORATORIA INTERNA, DIVIDA PUBLICA E JUROS REAIS - Maria Silvia Bastos Marques e Sergio Ribeiro da Costa Werlang - 1988.(esgotado)
133. CAPITULO IX - TEORIA DO CRESCIMENTO ECONOMICO - Mario Henrique Simonsen - 1988. (esgotado)
134. CONGELAMENTO COM ABONO SALARIAL GERANDO EXCESSO DE DEMANDA - Joaquim Vieira Ferreira Levy e Sergio Ribeiro da Costa Werlang -1988. (esgotado)
135. AS ORIGENS E CONSEQUENCIAS DA INFLACAO NA AMERICA LATINA - Fernando de Holanda Barbosa - 1988.(esgotado)
136. A CONTA-CORRENTE DO GOVERNO -1970/1988 - Mario Henrique Simonsen - 1989. (esgotado)
137. A REVIEW ON THE THEORY OF COMMON KNOWLEDGE - Sergio Ribeiro da Costa Werlang - 1989. (esgotado)
138. MACROECONOMIA - Fernando de Holanda Barbosa - 1989 (esgotado)
139. TEORIA DO BALANCO DE PAGAMENTOS: UMA ABORDAGEM SIMPLIFICADA - Joao Luiz Tenreiro Barroso - 1989.(esgotado)
140. CONTABILIDADE COM JUROS REAIS - Rubens Penha Cysne - 1989.(esgotado)
141. CREDIT RATIONING AND THE PERMANENT INCOME HYPOTHESIS - Vicente Madrigal, Tommy Tan, Daniel Vicent, Sergio Ribeiro da Costa Werlang - 1989. (esgotado)
142. A AMAZONIA BRASILEIRA - Ney Coe de Oliveira - 1989. (esgotado)
143. DESAGIO DAS LFTs E A PROBABILIDADE IMPLICITA DE MORATORIA - Maria Silvia Bastos Marques e Sergio Ribeiro da Costa Werlang - 1989. (esgotado)
144. THE LDC DEBT PROBLEM: A GAME-THEORETICAL ANALYSIS - Mario Henrique Simonsen e Sergio Ribeiro da Costa Werlang- 1989.(esgotado)
145. ANALISE CONVEXA NO  $R^n$  - Mario Henrique Simonsen - 1989.(esgotado)
146. A CONTROVERSIA MONETARISTA NO HEMISFERIO NORTE - Fernando de Holanda Barbosa - 1989. (esgotado)

147. FISCAL REFORM AND STABILIZATION: THE BRAZILIAN EXPERIENCE  
-Fernando de Holanda Barbosa, Antonio Salazar Pessoa Brandao e  
Clovis de Faro - 1989.(esgotado)
148. RETORNOS EM EDUCACAO NO BRASIL: 1976/1986.  
Carlos Ivan Simonsen Leal e Sergio Ribeiro da Costa Werlang -  
1989.(esgotado)
149. PREFERENCES, COMMON KNOWLEDGE AND SPECULATIVE TRADE - James  
Dow,Vicente Madrigal e Sergio Ribeiro da Costa Werlang  
-1990.(esgotado)
150. EDUCACAO E DISTRIBUICAO DE RENDA - Carlos Ivan Simonsen Leal e  
Sergio Ribeiro da Costa Werlang - 1990 (esgotado)
151. OBSERVACOES A MARGEM DO TRABALHO "A AMAZONIA BRASILEIRA" - Ney  
Coe de Oliveira - 1990. (esgotado)
152. PLANO COLLOR: UM GOLPE DE MESTRE CONTRA A INFLACAO ? - Fernando  
de Holanda Barbosa - 1990. (esgotado)
153. O EFEITO DA TAXA DE JUROS E DA INCERTEZA SOBRE A CURVA DE  
PHILLIPS DA ECONOMIA BRASILEIRA - Ricardo de Oliveira  
Cavalcanti - 1990 (esgotado)
154. PLANO COLLOR: CONTRA A FACTUALIDADE E SUGESTOES SOBRE A  
CONDUCAO DA POLITICA MONETARIA-FISCAL - Rubens Penha Cysne -  
1990. (esgotado)
155. DEPOSITOS DO TESOIRO: NO BANCO CENTRAL OU NOS BANCOS  
COMERCIAIS? - Rubens Penha Cysne - 1990 (esgotado)
156. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITACAO: A QUESTAO DO DESEQUILIBRIO DO  
FCVS - Clovis de Faro - 1990.(esgotado)
157. COMPLEMENTO DO FASCICULO Nº 151 DOS "ENSAIOS ECONOMICOS" (A  
AMAZONIA BRASILEIRA) - Ney Coe de Oliveira - 1990.(esgotado)
158. POLITICA MONETARIA OTIMA NO COMBATE A INFLACAO - Fernando de  
Holanda Barbosa - 1990.(esgotado)
159. TEORIA DOS JOGOS - CONCEITOS BASICOS - Mario Henrique Simonsen  
- 1990. (esgotado)
160. O MERCADO ABERTO BRASILEIRO: ANALISE DOS PROCEDIMENTOS  
OPERACIONAIS - Fernando de Holanda Barbosa - 1990.(esgotado)
161. A RELACAO ARBITRAGEM ENTRE A ORTN CAMBIAL E A ORTN MONETARIA -  
Luiz Guilherme Schymura de Oliveira - 1990.(esgotado)

162. SUBADDITIVE PROBABILITIES AND PORTFOLIO INERTIA - Mario Henrique Simonsen e Sergio Ribeiro da Costa Werlang - 1990.(esgotado)
163. MACROECONOMIA COM M4 - Carlos Ivan Simonsen Leal e Sergio Ribeiro da Costa Werlang - 1990.(esgotado)
164. A RE-EXAMINATION OF SOLOW'S GROWTH MODEL WITH APPLICATIONS TO CAPITAL MOVEMENTS - Neantro Saavedra Rivano - 1990.(esgotado)
165. THE PUBLIC CHOICE SEDITION: VARIATIONS ON THE THEME OF SCIENTIFIC WARFARE - Antonio Maria da Silveira - 1990.(esgotado)
166. THE PUBLIC CHOICE PERSPECTIVE AND KNIGHT'S INSTITUTIONALIST BENT - Antonio Maria da Silveira - 1990.(esgotado)
167. THE INDETERMINATION OF SENIOR - Antonio Maria da Silveira - 1990.(esgotado)
168. JAPANESE DIRECT INVESTMENT IN BRAZIL - Neantro Saavedra Rivano - 1990.(esgotado)
169. A CARTEIRA DE ACOES DA CORRETORA: UMA ANALISE ECONOMICA - Luiz Guilherme Schymura de Oliveira - 1991.
170. PLANO COLLOR: OS PRIMEIROS NOVE MESES - Clovis de Faro - 1991.
171. PERCALCOS DA INDEXACAO EX-ANTE - Clovis de Faro - 1991.
172. NOVE PONTO SOBRE O PLANO COLLOR II - Rubens Penha Cysne - 1991.
173. A DINAMICA DA HIPERINFLACAO - Fernando de Holanda Barbosa, Waldyr Muniz Oliva e Elvia Mureb Sallum - 1991.(esgotado)
174. LOCAL CONCAVIFIABILITY OF PREFERENCES AND DETERMINACY OF EQUILIBRIUM - Mario Rui Pascoa e Sergio Ribeiro da Costa Werlang - maio de 1991.
175. A CONTABILIDADE DOS AGREGADOS MONETARIOS NO BRASIL - Carlos Ivan Simonsen Leal e Sergio Ribeiro da Costa Werlang - maio de 1991. (esgotado)
176. HOMOTHETIC PREFERENCES - James Dow e Sergio Ribeiro da Costa Werlang - 1991.
177. BARREIRAS A ENTRADA NAS INDUSTRIAS: O PAPEL DA FIRMA PIONEIRA - Luiz Guilherme Schymura de Oliveira - 1991.(esgotado)
178. POUPANCA E CRESCIMENTO ECONOMICO - - CASO BRASILEIRA - Mario Henrique Simonsen - agosto de 1991.
179. EXCESS VOLATILITY OF STOCK PRICES AND KNIGHTIAN UNCERTAINTY - James Dow e Sergio Ribeiro da Costa Werlang - 1991.

180. BRAZIL - CONDITIONS FOR RECOVERY - Mario Henrique Simonsen - 1991.
181. THE BRAZILIAN EXPERIENCE WITH ECONOMIC POLICY REFORMS AND PROSPECTS FOR THE FUTURE - Fernando de Holanda Barbosa - Dezembro de 1991.
182. MACRODINÂMICA: OS SISTEMAS DINÂMICOS NA MACROECONOMIA - Fernando de Holanda Barbosa - Dezembro de 1991.
183. A EFICIÊNCIA DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA - Fernando de Holanda Barbosa - Dezembro de 1991.
184. ASPECTOS ECONÔMICOS DAS EMPRESAS ESTATAIS NO BRASIL: TELECOMUNICAÇÕES, ELETRICIDADE - Fernando de Holanda Barbosa, Manuel Jeremias Leite Caldas, Mario Jorge Pina e Hêlio Lechuga Arteiro - Dezembro de 1991.
185. "THE EX-ANTE NON-OPTIMALITY OF THE DEMPSTER-SCHAFER UPDATING RULE FOR AMBIGUOUS BELIEFS" - Sérgio Ribeiro da Costa Werlang e James Dow - Fevereiro de 1992.
186. NASH EQUILIBRIUM UNDER KNIGHTIAN UNCERTAINTY: BREAKING DOWN BACKWARD INDUCTION - James Dow e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang - Fevereiro de 1992.
187. REFORMA DO SISTEMA FINANCEIRO NO BRASIL E "CENTRAL BANKING" NA ALEMANHA E NA ÁUSTRIA - Rubens Penha Cysne - Fevereiro de 1992.
188. A INDETERMINAÇÃO DE SENIOR: ENSAIOS NORMATIVOS. Antonio Maria da Silveira - Março de 1992.

000057557

